

Roberto Saturnino Braga¹ |

Recordações e reflexões sobre o desenvolvimento

São recordações, sim, e, junto com elas, reflexões de um velho político que hoje, por circunstâncias da disponibilidade de tempo, exerce a direção do Centro Celso Furtado. São reflexões sobre este tema do desenvolvimento que convocou minha atenção e meu pensamento durante minha vida profissional no BNDE e minha longa luta política no Rio de Janeiro e no Brasil. Nada de ciência; nenhuma pretensão à verdade; tão somente opinião, e opinião de hoje, que evoluiu muito da mocidade à velhice, como sói acontecer; opinião que vai sendo reformada e sedimentada a cada tempo, com as marcas importantes da experiência vivida.

Antes de desenvolvimento, lembro-me, a palavra era Progresso, que designava o avanço da produtividade e da riqueza das nações. Esse avanço ganhou velocidade maior na Europa ocidental a partir dos grandes saltos da ciência depois do Renascimento, e das técnicas dela derivadas, primeiramente em Portugal, com as Navegações, passando logo aos demais países da região. Ganhou velocidade mais acelerada esse processo desde o fim do século XVIII e início do XIX, com a invenção da máquina a vapor, do tear mecânico, e de todo o processo de industrialização iniciado na Inglaterra e logo assumido pela França e pelos Países Baixos.

Este progresso, que está inscrito na nossa bandeira, foi realmente extraordinário no curso do século XIX, jamais vivido anteriormente, e prosseguiu espantosamente acelerado no século XX, já então com destaque nos Estados Unidos da América do Norte, que emergiram como país mais rico do mundo após a primeira grande guerra europeia.

Era progresso, era riqueza, não era ainda desenvolvimento.

A segunda grande guerra europeia trouxe ao cenário mundial uma novidade, uma nova potência militar, industrial e científica, a União Soviética, que exibiu, também, um novo sistema político: o socialismo.

1. Engenheiro civil. Foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, senador da República, vereador e prefeito da cidade do Rio de Janeiro. É diretor-presidente do Centro Celso Furtado.

E o socialismo tornou-se rapidamente, no fim dos anos 1940, um fascínio para as populações mais pobres de todo o mundo. Fascínio não só pelo progresso que havia obtido, transformando rapidamente um velho império atrasado, de mujiques analfabetos, numa próspera nação que dava casa, comida, saúde e educação a todo o seu povo, igualitariamente, como ainda por ter força para derrotar a maior máquina de guerra que o mundo conheceu até então, o exército nazista.

Partidos comunistas surgiram e cresceram rapidamente no mundo inteiro, inclusive no Brasil, onde o PCB elegeu a maior bancada de vereadores no Rio de Janeiro, maior centro político e cultural do país, fazendo seu grande líder, Luiz Carlos Prestes, senador da República.

A ameaça para o Capital era muito forte e iminente. Era absolutamente necessária e urgente uma reação eficaz que bloqueasse aquela avalanche socializante. E o Capital pôs em marcha sua resposta estratégica e diferenciada nos quatro continentes.

A Europa representava, de longe, o perigo maior. Porque estava devastada pela guerra, em busca de uma redenção. Porque na Europa tinham surgido a ideia e a proposta socialista e havia toda uma história de luta política pelo socialismo. Porque metade do continente europeu havia sido militarmente conquistado pela União Soviética, e na Europa cresciam os dois partidos comunistas mais populares e poderosos fora de URSS: o francês e o italiano. O Reino Unido, na primeira eleição do pós-guerra, derrotou politicamente seu grande líder Winston Churchill, que havia conduzido brava e competentemente o país durante a guerra; derrotou-o por ser conservador e antissocialista, para eleger o trabalhista Clement Attlee.

A perda da Europa seria catastrófica para o Capital: abriria o caminho para a socialização do mundo. A ameaça, ali, era de vida ou morte. E era urgentíssima a ação de reação. Que veio fulminante, pela aplicação, a fundo perdido, de dezenas de bilhões de dólares, a título de ajuda para a recuperação econômica do continente (recuperação, não desenvolvimento), canalizados para governos conservadores, centristas, como os democratas-cristãos da Alemanha e da Itália e seus correspondentes na França. Como não bastasse, o Capital tratou de entregar os anéis para não perder os dedos, e fortaleceu eleitoralmente o movimento da social-democracia e a implantação do Estado de bem-estar social, que teve um êxito extraordinário e manteve o poder até o fim dos anos 1970, quando a ameaça soviética deixou de representar perigo, e o Capital teve tranquilidade para voltar a impor o liberalismo, a partir do eixo Margareth Thatcher-Ronald Reagan.

A Europa estava salva.

A segunda maior ameaça estava na Ásia. A realidade era diferente e a estratégia do Capital foi diferente: ocupar militarmente o Japão, impondo a

democracia, eliminando privilégios e realizando a reforma agrária; combater militarmente os soviéticos na Coreia, dividir o país e ocupar a Coreia do Sul; fortalecer Chiang Kai-shek na China e, depois, retirado em Formosa; e descolonizar o continente. Sim, desfraldar a bandeira luminosa da independência, da descolonização na Ásia, aplaudir e favorecer a libertação da Índia, da Indonésia e da Indochina; criar países árabes autônomos nas antigas colônias francesas e inglesas do Oriente Médio, o Líbano, a Síria, a Jordânia e o Iraque, amputando gravemente os Impérios britânico, francês e holandês. E ainda criar o Estado de Israel, um forte aliado para sempre.

Funcionou parcialmente a estratégia na Ásia, com vitórias expressivas no sul e no Oriente Médio, e a perda gigantesca da China e do Vietnã.

Na África, que não apresentava ainda perigo maior, a estratégia percorreu também o caminho da descolonização. Foi o fim dos grandes impérios coloniais do século XIX: extinguiu-se sem um suspiro o maior, o britânico, onde o sol nunca se punha; e findou-se o francês, com alguma luta na Argélia, até com boa dose de violência. Restou o velho império português como um fantasma.

Bem, e a América Latina? Era um quintal amigo, sereno e obediente. Alguns partidos comunistas despontando, mas ainda longe de qualquer perigo. Alguns líderes marxistas de certo prestígio, Mariátegui, Prestes, mas sem expressão política que ameaçasse. Contudo, era um continente, merecia algum tipo de atenção, o Brasil havia participado da guerra como combatente vencedor, devia até, por isso mesmo, ter assento permanente no Conselho de Segurança.

A América Latina tinha já algum progresso realizado, não tinha a pobreza da Ásia e da África, estava a meio caminho do nível de vida das nações prósperas. E aspirava, mesmo, a atingir aquele nível de prosperidade, de produtividade. Então, a estratégia do Capital poderia ser esta: a promessa de ajuda para preencherem o fosso de separação e atingirem a prosperidade mais avançada, atingirem a maturidade do “desenvolvimento econômico”, uma expressão nova que começava a ser muito usada.

Ao Brasil, que merecia mais, foram oferecidos empréstimos do Eximbank para financiar grandes projetos de infraestrutura; foi criada uma Comissão Mista Brasil-EEUU para definir esses projetos, e um banco brasileiro especializado para financiar a contrapartida nacional desses empréstimos, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Os empréstimos do Eximbank nunca chegaram mas o BNDE, felizmente, ficou e frutificou.

E para os outros países? Bem podia-se criar um órgão da ONU, então ainda com prestígio, para estudar e propor caminhos e projetos para o desenvolvimento econômico da América Latina; e foi criada a Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina. Entre parênteses, depois foram criadas outras comissões econômicas para os outros continentes, que nunca funcionaram, ficando a Cepal como único exemplar exitoso.

Exemplar exitoso, primeiro porque fazia parte da estratégia do Grande Capital para combater o socialismo; segundo porque havia, efetivamente, na América Latina alguns economistas de talento e respeito, e líderes políticos importantes interessados e dedicados a esse tema do desenvolvimento “econômico”.

E o que era esse desenvolvimento econômico?

Na visão do Grande Capital, era basicamente a aceleração do processo de acumulação capitalista, para fazer crescer o PIB desses países “subdesenvolvidos” a taxas bem mais elevadas do que aquelas dos países ricos e, num prazo razoável, de algumas décadas, preencher o grande fosso de separação.

Fundamentalmente, a via principal desse processo era a industrialização da América Latina. Coincidia com a reivindicação do principal líder daqueles economistas latino-americanos, o argentino Raúl Prebisch, que clamava contra a deterioração secular dos termos de troca do comércio internacional, sempre em prejuízo dos fornecedores de matérias-primas. Coincidia, também, com a política de industrialização iniciada pelo Brasil por Getúlio Vargas, ainda nos anos 1940.

E iniciou-se então o processo de industrialização da América Latina seguindo o modelo da substituição de importações, isto é, aproveitando as demandas internas existentes para instalar a produção local de bens industriais, com proteção aduaneira e financiamento barato.

O pressuposto era de que os subdesenvolvidos tinham de percorrer, com maior velocidade, os mesmos caminhos percorridos pelos desenvolvidos para atingir o seu estágio de riqueza. Teorias várias foram formuladas, como a famosa de W. Rostow, que descrevia o processo de “decolagem” para o desenvolvimento, com um esforço análogo ao dos motores das aeronaves na pista de subida, com investimentos muito altos, da ordem de 30% do PIB!

Durante algum tempo, este foi o pressuposto fundamental do processo de “desenvolvimento econômico”. Com o passar do tempo, com as observações, as reflexões e os debates sobre o tema, os conceitos se foram alterando e aperfeiçoando, a partir do próprio conceito de desenvolvimento, que passou a incorporar outras dimensões (social, cultural, política). E uma voz se destacou claramente neste debate internacional. Uma voz da Cepal, uma voz brasileira, do economista e pensador Celso Furtado, que só não ganhou o Prêmio Nobel de Economia por causa do preconceito forte contra o Brasil, visto ainda como país sem seriedade.

Com uma extensa e profunda obra de pensamento, que começou brilhante com seu clássico *Formação econômica do Brasil*, Celso Furtado foi elaborando cada vez mais o conceito de Desenvolvimento, nas suas múltiplas dimensões, econômicas, sociais, culturais e políticas, e fundamentando sua visão de que os países em desenvolvimento, ao contrário do que se afirmava inicialmente, não

teriam que percorrer, com mais velocidade, os mesmos caminhos dos países mais ricos. Nem tampouco teriam que realizar, como objetivo, a construção de sociedades com os mesmos padrões de riqueza e de consumo dos países poderosos. Ao contrário, esta falsa meta criava uma inviabilidade no processo desenvolvimentista, sendo um dos principais obstáculos a transpor justamente a tendência à imitação dos padrões do chamado primeiro mundo.

Foi uma revolução no pensamento original da Cepal e o debate sobre o desenvolvimento passou a pautar-se pela busca dos caminhos próprios de cada país ou região, no caso a América Latina, agora condicionado, cada vez mais fortemente, pelas exigências da preservação ambiental.

Faz dez anos, foi criado o Centro Celso Furtado, cuja missão precípua é participar e enriquecer este debate sobre estratégias para o desenvolvimento, especialmente no caso do Brasil e da América Latina, seguindo a linha de pensamento do seu patrono.

O CICEF tem realizado importantes missões:

- 1) na área de formação, com numerosos cursos de macroeconomia e desenvolvimento em diferentes cidades do país e dezenas de bolsas de pós-graduação com teses ligadas ao tema do desenvolvimento;
- 2) na área de publicações, com a edição regular de dois números por ano de sua conceituada revista *Cadernos do Desenvolvimento* e vários livros considerados seminais para o tratamento do tema do desenvolvimento;
- 3) no debate sobre o seu grande tema, com seminários e encontros de discussão sobre vários assuntos atinentes ao mesmo, além de congressos dos seus sócios a cada dois anos, com dezenas de mesas de discussão sobre essas questões.

A crise política e econômica enfrentada pelo Brasil com maior gravidade em 2015 refletiu-se obviamente no aporte de recursos necessários à nossa atividade, gerando conseqüente crise também do nosso Centro.

Aceitando a proposição de que crises geram desafios que encontram respostas criativas, a Diretoria recém-eleita [em outubro de 2015] tomou a iniciativa de convocar todos os sócios do CICEF para um grande debate, extenso, profundo, não necessariamente conclusivo, mas claramente iluminador, sobre estratégias do desenvolvimento brasileiro.

A título de exemplo de participação, tomo a iniciativa de colocar por escrito essas reflexões engolfadas de recordações sobre esses tempos de luta desenvolvimentista brasileira que tive oportunidade de vivenciar.

Trata-se de uma luta eminentemente política, embora muitas vezes queiram despolitizá-la e tomar posições em nome da razão e da ciência, supostamente neutra em relação aos interesses em confronto. E é uma luta que contrapõe duas grandes vertentes de pensamento político, desde há muito, desde o tempo da Revolução Francesa, chamadas de direita e esquerda. Como à

esquerda é atribuída uma intenção mais generosa e moralmente mais forte, de busca de uma justiça e uma igualdade econômica, o pensamento de direita insiste em afirmar que se trata de um equívoco, que só a ciência e a razão são capazes de produzir melhorias para todos, e que esse confronto já foi esclarecido e superado, não existindo mais direita e esquerda. Esta afirmação foi feita retumbantemente há um quarto de século, quando da derrocada soviética, como um marco do fim da História com a vitória definitiva do Mercado sobre a Política.

E, entretanto, o confronto político persistiu e o embate entre esquerda e direita continua vivo como nunca, embora vozes menores ainda tentem negá-lo.

Esse embate tem hoje claramente a forma de uma opção política, seja pela ênfase no Mercado, significando a liberdade plena de atuação das forças econômicas ligadas ao Capital, seja pela presença do Estado, significando o exercício do controle e da intervenção política da sociedade sobre esse mercado, em nome do interesse da sociedade como um todo. Um caso emblemático desse confronto é o Tratado Transpacífico assinado recentemente entre 12 nações do Pacífico ocidental e oriental, que consagra direitos à lucratividade das empresas acima das leis do Estado, como nunca antes se conseguiu impor.

Retornando nosso foco ao Brasil, o grande salto histórico que se deu em nosso país depois da libertação dos escravos em 1888 foi a Revolução de 30. Uma afirmação política do Estado, seu poder revolucionário e ditatorial de desarticular velhos esquemas e criar outros, criar o próprio Estado republicano e o modelo de serviço público, com funcionários concursados, regras estabelecidas pelo DASP, criar o Ministério da Educação e da Saúde, o Ministério do Trabalho, criar os institutos reguladores das principais atividades econômicas do país: o café, o açúcar e o álcool, o mate, o pinho; criar indústrias essenciais, estatais, a siderúrgica, a fábrica de motores, a companhia de álcalis, a grande mineradora Vale do Rio Doce; criar toda a legislação de proteção ao trabalho, com direitos estabelecidos para o trabalhador assalariado. Uma verdadeira revolução, feita por um Estado ditatorial.

Não tenho intenção de pesquisar e fazer história, mas tão somente recordar tempos brasileiros que vivi: o pequeno interregno liberal com o fim da ditadura Vargas após a guerra, a Constituição de 1945, a eleição do general Dutra, ministro de Getúlio, a UDN dando o golpe mas perdendo a eleição com o brigadeiro Eduardo Gomes, como sempre se repetirá posteriormente. Um governo que não desmanchou nada, esse de Dutra, só desperdiçou os grandes saldos cambiais acumulados no tempo da guerra. E serviu de ponte para a volta triunfal de Vargas pelo voto popular na eleição de 1950.

E novamente o desenvolvimentismo em marcha acionado pelo Estado, com as duas grandes e decisivas criações: a Petrobras e o BNDE. O reajuste de 100% do salário mínimo e, de novo, o golpe da UDN, o suicídio de Vargas e o legado da carta histórica em que denunciava as pressões do grande Capital.

A nova eleição e a nova derrota da UDN, vencendo Juscelino Kubitschek, do conservador PSD mineiro mas amigo de Getúlio, com o vice João Goulart do PTB, filho político de Vargas. E a continuidade do desenvolvimentismo com o Estado acelerando a industrialização com financiamento do BNDE, aceitando o capital estrangeiro para fazer automóveis, e mudando a capital do país para o planalto central, um projeto ciclópico que deu certo e mudou o mapa econômico e demográfico do Brasil, com a ocupação de enorme vazios do Centro-Oeste nas décadas seguintes.

A UDN, em desespero, buscou um demiurgo fora dos seus quadros e lançou-o candidato. Venceu a eleição, mas novamente não levou: Jânio Quadros não era liberal nem udenista, era um mau-caráter carismático, um ditador que quis dar o golpe e foi deposto pelo Congresso.

O vice era João Goulart, execrado pela UDN, que não podia tomar posse, pois, além de tudo o mais, estava de viagem à China de Mao! Mas o velho talento negociador do PSD mineiro, desta vez por meio de Tancredo Neves, conseguiu enrolar os militares udenistas, empossar Jango num parlamentarismo provisório, dar a volta por cima, restabelecer o presidencialismo num plebiscito e colocar Jango na Presidência com todos os poderes. Isso eu vi de perto.

Aí começou o novo grande episódio da História do Brasil, do qual já falei muito, pela proximidade com que o observei. Não vou repetir tudo o que já disse, apenas ressaltar uma vez mais a sensibilidade e o bom senso do presidente João Goulart, que quis avançar dentro da medida do politicamente possível, quis formular e negociar a implantação de reformas de base, de cunho social e nacionalista, na trajetória da sua linhagem política; convocou as pessoas mais capazes de ajudá-lo nessa missão difícil: San Tiago Dantas, Celso Furtado, Tancredo Neves, Walter Moreira Sales, José Ermírio de Moraes, Hélio de Almeida, um senhor ministério.

O mundo no auge da Guerra Fria, Kruschov liderando a União Soviética e desafiando o poder dos Estados Unidos com o envio de mísseis a Cuba, e a intolerância americana no ponto máximo em relação a qualquer governo de mínima tendência para a esquerda dentro do continente. Jango percebia e sabia de tudo isso, e da dificuldade que teria de enfrentar para seguir na senda de Vargas que era sua matriz. Fácil era radicalizar nas reformas, transformá-las em revolucionárias. A CIA queria isso para facilitar o golpe militar e trabalhou competentemente nesse sentido. Goulart percebeu mas a esquerda brasileira não se deu conta; achava-se no poder e avançou: reforma ou revolução, reforma na lei ou na marra, sargentos revoltavam-se em Brasília, fuzileiros no Sindicato dos Metalúrgicos no Rio, um milhão de trabalhadores de todo o país seriam levados a ocupar a Esplanada dos Ministérios e ameaçar o Congresso, ninguém pensava em democracia. Era o golpe, de um lado ou de outro.

Política é muito difícil; aprende-se por vezes a preço muito alto. A Abolição

levou 50 anos para ser feita. A revolução das reformas de base exigia tempo e negociação, não era para ser feita logo, e foi golpeada em poucos meses.

A UDN mais uma vez tramou e não levou. Vieram os militares, que também tinham duas vertentes: a liberal, de mercado, de Castelo Branco e Médici, e a desenvolvimentista, de Estado, com Geisel e Figueiredo. O avanço no governo Geisel, com o segundo PND, foi muito grande e expressivo: o BNDE e a indústria nacional tiveram um período de auge.

Os vinte anos de ditadura impediram a formação de líderes políticos. Quando veio a abertura, a Presidência caiu nas mãos do velho Tancredo, doente, que não chegou a assumir. Sarney, vice, também veterano e desgastado, foi empossado pelo chefe militar e, desde o início, exerceu um poder sem muita legitimidade. Com o fracasso do Plano Cruzado, ficou bem mais enfraquecido, sob o comando do general Pires Gonçalves e do milionário Roberto Marinho, bastante ligados entre si.

A nova liderança política foi disputada na eleição de 1990, entre Collor e Lula. Fortemente apoiado por Roberto Marinho, Collor venceu e implantou a política neoliberal, dominante em todo o mundo, que ainda havia encontrado alguma resistência no Brasil, dada a tradição desenvolvimentista que os últimos governos militares haviam sustentado.

Foi no período Collor que se avantajou e generalizou o uso intensivo do dinheiro nas campanhas eleitorais, com o marketing profissional também dominante no mundo ocidental. Conquistando a Presidência em idade jovem, montou um esquema fraudulento de arrecadação de fundos em escala suficiente para se perpetuar no poder. Denunciado pelo próprio irmão, foi deposto pelo Congresso, mas a prática de arrecadação de fundos ficou implantada como condição de êxito eleitoral, em campanhas crescentemente dispendiosas.

Depois de um interregno hesitante de Itamar Franco, assumiu a Presidência Fernando Henrique Cardoso, até então visto como intelectual de esquerda, que implementou de forma radical a orientação neoliberal, com vasta operação de privatização de empresas estatais, constituindo o maior escândalo financeiro público até então denunciado. Chegando ao fim do segundo mandato com profunda reprovação popular, teve seu sucessor derrotado na eleição de 2002 pelo novo líder político do Brasil, intimamente ligado à classe trabalhadora. Na Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou uma nova etapa da nossa história.

Não fez nenhuma revolução; nem prometeu fazê-la. Ao contrário: ameaçado pelo poder de desestruturação do Mercado logo após a sua eleição, escreveu uma carta com compromisso de seguir à risca os preceitos democráticos e avançar nas propostas sociais sem romper com o Mercado. Nomeou Henrique Meireles para o Banco Central, como avalista desse compromisso.

E realmente avançou muito: valorizou o salário como nunca antes,

instituindo a lei de revisão do mínimo com ganho de produtividade, fazendo crescer substancialmente o valor real de todos os salários e benefícios da Previdência. Instituiu o Bolsa Família e, com esse conjunto de medidas, tirou dezenas de milhões de brasileiros da situação de pobreza. Realmente, nunca antes visto. Teve que negociar politicamente, entretanto: manteve juros e superávits em nível alto e os bancos e os rentistas continuaram a ganhar uma fortuna. Foi criticado pela esquerda, obviamente, mas conseguiu avanços jamais obtidos na distribuição de renda. Sem revolução; com política.

Abriu acesso à educação superior para essa nova classe média, implantando dezenas de novas universidades públicas e escolas de ensino técnico, especialmente no interior, e instituindo programas de financiamento para ingresso nas universidades particulares.

Mudou substancialmente também a política externa, liderando a união sul-americana, abrindo novos mercados, especialmente na África, e iniciando a aliança dos BRICS. Sem nenhum rompimento com os parceiros tradicionais do Primeiro Mundo. Reafirmando, ademais, com ênfase, a tradicional e reconhecida posição brasileira a favor do diálogo e das negociações na solução dos conflitos internacionais, e reforçando a imagem do Brasil como potência da paz, elevou bastante a presença internacional do nosso país e passou a ser reconhecido como importante líder político em todo o mundo. Encerrou seu governo com um índice de aprovação elevadíssimo.

Dilma Rousseff, a sucessora, ainda está em exercício. No seu primeiro mandato, deu continuidade à política inaugurada por Lula, talvez exagerando no incentivo ao consumo interno, pelo lado do crédito e pelo lado das isenções tributárias às indústrias de bens duráveis. Procura corrigir no segundo mandato mas enfrenta pesadíssima oposição que paralisa as ações do seu governo. Segue enfrentando graves reflexos da persistente crise internacional e, certamente, ações desestruturantes coordenadas por agências invisíveis do Grande Capital, interessadas em reverter decisões ousadas que tomou. Decisões no tocante à exploração do petróleo do pré-sal com a presença permanente da Petrobras, e nas alianças externas que aprofundou com os BRICS, a ponto de criar alternativas ao Banco Mundial e ao FMI.

No ponto histórico em que nos encontramos, cercado de incertezas, mais necessários e urgentes se fazem o debate e a formação de opinião a respeito dos rumos do desenvolvimento brasileiro, os quais, com certeza, influenciarão fortemente os caminhos políticos de toda a América do Sul.

Após essa extensa apresentação de recordações, não quero deixar passar a oportunidade de registrar a minha opinião — pessoal, não do Centro Celso Furtado, que continua discutindo intensamente esta questão, como missão essencial de sua existência. Tenho para mim que essas idéias que avanço estão na linha de sequência do pensamento do nosso grande patrono e inspirador.

E, sem a pretensão de oferecer propostas muito novas, quero mencionar três pontos essenciais da visão que tenho a respeito dessa questão.

O primeiro está ligado à observação fundamental de Celso Furtado sobre a condição de subdesenvolvimento como sendo equivalente a uma dada inserção das economias desses países que se retardaram dentro do conjunto dominado pelas economias mais avançadas. Uma inserção que os submete, inexoravelmente, à condição de fornecedores de matérias-primas para as indústrias mais produtivas, na medida em que o grande mercado, estruturado e dominado pelas nações ricas, especializa os menos desenvolvidos nesses setores; estimula-os pela demanda e fornece financiamento, e até instala empresas, para que os menos avançados sejam produtivos em matérias-primas. Eventualmente, colaboram na instalação de algumas indústrias de menor conteúdo tecnológico que já não são muito desejáveis nos seus territórios e que aproveitam mão de obra mais barata dos países mais pobres. A fronteira das indústrias de maior valor, mais avançadas em inovação tecnológica, jamais deixa de estar nos países líderes do mercado, por iniciativa desse mercado.

A primeira condição, por conseguinte, é não se submeter a esta regra do grande mercado, isto é, tomar iniciativas à margem deste mercado, extemporâneas a ele, iniciativas de cunho político, decorrentes de uma estratégia de desenvolvimento decidida politicamente. Em outras palavras, não aceitar o jugo dos interesses e das conveniências do mercado, ou, ainda, rejeitar o neoliberalismo como linha política.

A criação de empresas de iniciativa estatal em setores estratégicos é o exemplo mais bem-sucedido dessas decisões políticas à margem do mercado. A CSN em Volta Redonda, no seu tempo, como a Petrobras e a Embraer hoje, são os exemplos mais notórios de grande êxito no Brasil, mas outras iniciativas dessa origem política, como as indústrias nucleares em Rezende, o conjunto da Marinha em Aramar, a Nuclep em Itaguaí são altamente significativas, assim como foi extraordinário e exitoso o esforço brasileiro da introdução do combustível da cana e da produção dos motores a álcool. A construção de Brasília é outro caso de investimento político de retumbante êxito econômico. E é altamente desejável que estejamos permanentemente cogitando e discutindo sobre outras dessas iniciativas que aproveitem condições favoráveis que tenhamos. Um possível exemplo é o desenvolvimento de uma importante indústria farmacêutica apoiada na sólida base de conhecimentos da Fiocruz.

Dentro dessa mesma linha estratégica, importa também buscar outros mercados que não aquele dominante no mundo, dominado pelos países ricos. Buscar, arregimentar, mobilizar e estruturar politicamente, incentivando o seu crescimento. Caso típico, para nós, é o mercado sul-americano que cresceu notavelmente neste século liderado pelo Brasil. Outra linha alternativa é a aliança com os BRICS que está produzindo a extraordinária criação das

alternativas ao Banco Mundial e ao FMI dominados pelo mercado dos ricos. E, ainda, o olhar especial para o continente africano, pela proximidade, pelos laços culturais e pelo dinamismo que vem apresentando.

O segundo ponto fundamental que desejo mencionar está vinculado à chamada “armadilha da renda média”, um suposto cativo do qual os países que nele estão, como o Brasil, não conseguem sair, isto é, por mais que se esforcem, não logram manter taxas elevadas de crescimento durante longos períodos, suficientes para alçarem a condição de renda alta, típica de país desenvolvido. Bem, a armadilha, pelas razões acima referidas, é criada obviamente pelo próprio mercado rico. E interessa muito aos ricos que os de renda média se esforcem por elevar o seu padrão de consumo para continuarem comprando seus novos produtos, não importa que utilidade tenham.

Para nós, entretanto, importa antes responder a uma pergunta preliminar: para quê continuar elevando a renda intensamente? Para conseguir consumir como um americano, imitando seu “way of life”, tipo competição, sexo, fama e *business*? Para acelerar a degradação e o envenenamento do planeta e extinguir mais rapidamente a vida humana?

Podemos achar que o estágio de renda média enseja boas possibilidades de vida digna e feliz aos seus portadores, mesmo diferentes daqueles cinematográficos, desde que algumas condições de dignidade sejam preenchidas: uma distribuição de renda razoavelmente justa, um acesso universal à educação de qualidade e ao atendimento de saúde decente e gratuito. Condições que, ademais, são mais consentâneas com as funções internacionais de uma potência da paz que o Brasil sempre desejou.

Não seria melhor, embora politicamente difícil, aceitarmos, nós, os de renda média, a permanência nesta condição econômica, com pequena progressão do PIB *per capita*, suficiente para facilitar o entendimento político relativo à distribuição? Isso não ilumina uma estratégia de desenvolvimento diferente?

Mesmo mantendo a nossa filosofia de vida ocidental, sem pretender imitar os sentimentos orientais típicos da experiência do Butão, não estará na hora de buscarmos mais a Felicidade Interna Bruta? Pelo menos de discutir essa questão preliminar e decisiva? Não seria o caso de introduzir nos currículos escolares a discussão filosófica, aberta, livre, estimulante, sobre o consumismo e a felicidade humana, ou a dignidade humana? Introduzir a educação para o respeito e o diálogo? A educação para a Civilização? Partidos políticos da nossa vertente de pensamento não poderiam abrir este debate nos seus programas de televisão?

O terceiro ponto diz respeito à Amazônia.

Não é só metade do nosso território nacional. Não é só o maior patrimônio de diversidade biológica do planeta. Não é só a maior reserva de água doce do mundo. É a nossa maior riqueza, completamente inexplorada, e talvez se deva dizer: ainda bem! Mas também quase completamente desconhecida; e

este deve ser nosso grande lamento. Lamento de tanto tempo de incúria e desconsideração; depreciação absurda do seu valor maior em razão da sua baixa densidade eleitoral.

A Amazônia não pode deixar de ser tratada como uma das prioridades mais elevadas da nossa estratégia desenvolvimentista de hoje. O cuidadoso desenvolvimento da Amazônia, o conhecimento profundo da Amazônia em todas as suas dimensões, a ciência da Amazônia, toda por fazer; a engenharia da Amazônia que só o Brasil pode criar e desenvolver. A preservação, obviamente, que finalmente vem sendo cuidada, tão rigorosa quanto possível, preservação da fauna, da flora e da humanidade nativa.

O Nordeste, nossa grande preocupação de décadas, ainda é pobre mas encontrou o seu caminho, está plantado de universidades e de estudiosos locais. O Centro-Oeste floresceu tanto depois da construção de Brasília que é hoje a região mais dinâmica do país. A hora histórica brasileira é da Amazônia, do desenvolvimento especialíssimo, especificíssimo da Amazônia.

A cobiça internacional levou o Brasil a convocar suas Forças Armadas para ocuparem a região. Uma decisão felicíssima, eis que o trabalho do Exército, da Marinha e da Aeronáutica tem sido impecável e importantíssimo. Ao ponto em que se pode pensar em aprofundar esta missão de ocupar e vigiar, estendendo-a a uma supervisão de toda a grande ciência da Amazônia, da ictiologia mais apurada à biotecnologia avançada e a toda uma engenharia amazônica a ser gerada.

O potencial de efeitos multiplicadores desse grande investimento é incalculável, é inestimável. Mais uma vez, não se deve pensar em avaliá-lo em termos quantitativos, de crescimento de PIB ou de riqueza nacional, mas de avanço civilizatório, de liderança mundial na abertura de novos caminhos de desenvolvimento compatíveis com a preservação da nossa vida planetária. Em termos de uma contribuição brasileira efetivamente relevante para futuro da Humanidade e da Civilização.

Enfim, encerrando, são opiniões pessoais, muito políticas e nada científicas, mas que acredito serem úteis para a convocação do grande debate nacional sobre as estratégias do nosso desenvolvimento.

Esta, a meu juízo, é a missão principal do Centro Internacional Celso Furtado.

§